



GOVERNO DO TOCANTINS
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE/CIB - TO
- SECRETARIA EXECUTIVA -

RESOLUÇÃO – CIB Nº. 068/2010, de 23 de Junho de 2010.

Dispõe sobre o Projeto de aquisição de ambulância para o suporte no transporte de urgência e emergência pré-hospitalar, no município de Porto Nacional.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO ESTADO DO TOCANTINS/CIB-TO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas por meio da Portaria Nº 931/1997, que constitui a CIB-TO, em especial o Art. 2º, expedida em 26 de junho de 2007 pela Secretaria de Estado da Saúde, c/c os artigos 5º e 14, do Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/TO, e,

Considerando o Projeto de solicitação de Meios de Transporte Terrestre para SAMUS/Endemias, em Porto Nacional - To, anexo;

Considerando o Plano de Trabalho, Cronograma de Execução e Plano de aplicação relativo ao Projeto acima mencionado, em anexo, e;

Considerando a análise, discussão e pactuação da Plenária da Comissão Intergestores Bipartite, em Reunião Ordinária realizada aos 23 dias do mês de junho de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto de aquisição de ambulância para o suporte no transporte de urgência e emergência pré-hospitalar, no município de Porto Nacional;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor nesta data.

Francisco Melquiades Neto
Presidente da Comissão Intergestores Bipartite



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Presidente Kennedy nº. 1055, Centro, Fone Fax: (63) 3363-7888

PROJETO DE SOLICITAÇÃO DE MEIOS DE
TRANSPORTE TERRESTRE PARA
SAMUS/ENDEMIAS EM PORTO NACIONAL - TO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTO NACIONAL – TO

Prefeita Municipal

Teresa Cristina Venturini Martins

Secretário Municipal de Saúde

Dr. Antonio Carlos Martins Simione

Secretária Executiva da Saúde

Enf^ª.Diva Cardoso de Almeida Tavares

Coordendora Vigilância em Saúde

Bruna Mirelly Simões Vieira

Coordenador de Endemias

Caetano Alves Pugas

Introdução

Porto Nacional é uma cidade histórica que teve sua origem Arraial de Pontal do Carmo, com ricas minas de ouro, e seu desenvolvimento graças à navegação do Rio Tocantins e o comércio com Belém do Pará. Não se pode precisar o ano de sua fundação. Sabe-se, contudo, que nos primeiros anos do século XIX Porto Real já era um núcleo de certa importância, que por lei provincial de 14/11/1831, o julgado de Porto Real, foi elevado à categoria de vila (sede de município). Em 24 de abril de 1833 passa-se a chamar Porto Imperial. Em razão de seu constante desenvolvimento, Porto Imperial, pela Resolução provincial nº. 333 de 13 de julho de 1861, recebe seu diploma de cidade. Com a Independência do Brasil, a toponímia de Porto Imperial foi mudada para Porto Nacional, com a Proclamação da República, conforme Decreto Estadual nº. 21, de 07 de março de 1890. Porto Nacional situa-se a margem direita do rio Tocantins e Localiza-se nas coordenadas geográficas de [latitude](#) 10°42'29" Sul e a uma [longitude](#) 48°25'02" Oeste, com uma população de 46.722 (IBGE/2009), A densidade demográfica é de 10,56 hab. por km², altitude de 212 metros acima do nível do mar e clima tropical, a 65 km da capital Palmas, com os seus limitrôfes Norte: Miracema do Tocantins, Leste: Palmas, Monte do Carmo e Silvanópolis, Sul: Ipueiras, Brejinho de Nazaré, Fátima, Oeste: Oliveira de Fátima, Nova Rosalândia, Pugmil e Paraíso do Tocantins.

OBJETIVO

Aquisição de transporte para subsidiar o controle de Chagas, Malaria, Tracoma, Leishmanioses, Dengue e outros agravos no município.

JUSTIFICATIVA

Porto Nacional com esta histórica que foi mencionado acima tem aumentado os agravos com a construção da Usina Luis Eduardo Magalhães no rio Tocantins, no município de Lajeado, no entanto, Porto Nacional foi um dos municípios que foi atingido pelas águas, mudando os aspectos climático deixando mais úmido e quente, conseqüentemente aumentando o número e as espécies de vetores no município. Atualmente o município trabalha com equipes multidisciplinar no tocante as endemias e outros agravos no município, entre elas a equipe de Educação em Saúde, que atende com as programações do planejamento anual como também as demandas espontâneas na zona urbana e rural, adequando e facilitando os horários dos usuários, considerando que o objetivo é fazer conhecer todos os agravos da localidade ou município, os Técnicos de endemias são equipes preparadas com apoio dessa secretaria nos Programas de **Chagas, Malaria, Tracoma, Leishmanioses, Reconhecimento Geográfico, Dengue, Entomologia e laboratório de Endemias**. Quanto a **Chagas**, a meta é anual, de acordo o que preconiza o Ministério da Saúde, desenvolvendo as atividades na zona urbana e rural, na capturas dos Triatomíneos quando o imóvel é positivo será borrifado, No ano de 2009 na zona urbana houve 236 imóveis negativos, 03 positivos, total de 239, na zona rural 1.424 negativos 06 positivos total de 1.430; quanto a **Malária**, as atividades é de prevenção considerando que há muitas migrações do estado do Pará e Mato Grosso, fazendo necessários visitas mensal aos Postos de Notificação de Malária, que são instalados em residências de voluntários nas localidade rurais, urbana e semi-urbanas, não foi notificado nenhum caso autóctone de malária em nosso município, a área encontra-se controlada. **Tracoma**, a programação da mesma é feita anual visitando todos os colégios urbano e rural, com uma porcentagem de 20% dos alunos de 1ª a 5ª ano e em casos positivos é realizado exames com os familiares que é conhecido tecnicamente como comunicantes. No ano de 2009 foram examinados 11.570 alunos sendo 161 casos positivos, 11.410 negativos, 161 tratados, índice de 1.39. **Leishmanioses**, este programa é desenvolvido com várias modalidades que são indicadas pelo Ministério da Saúde, entre eles a estratificação de casos humanos, inquérito canino, eutanásia e borrifações com inseticidas. Em 2009 tivemos os seguintes dados de amostra sorologia canina: 3.479 amostra coletadas, 404 positivas, 3.007 negativas, 651 positivos, 525 suspeito, 68 cães positivos que migraram para outras regiões não deixou endereço, total de eutanasiados 1.176. **O Reconhecimento Geográfico (RG)**, é o inicial de todas as atividades de saúde preventiva e curativa do município, o qual com assessoramento da SESAU TO, é feito atualização do mapa ou croqui de novas residências todos as vezes que for necessário com auxílio de GPS. **Dengue**, quanto a dengue em nosso município é assunto de preocupação para a SEMUS, mesmo havendo ações preventivas e de educação permanente, mais, a priori é no tocante a consciência dos moradores em poder revisar sempre seus quintais observado os prováveis

criadouros e eliminando, considerando que o maior índice do vetor encontra do interior dos domicílios e, nesta situação a informação mais precisa é de **X** casos notificados e **X** positivos no primeiro trimestre de 2010. Em 2009 foram 543 casos notificados e 242 confirmados de FA/Dengue, Inspeccionados 167.447, tratados 13.853, positivos 1.4888, fechados 7.205, índice 0.88.

Entomologia, esta equipe desenvolve suas ações de capturas, teste de suscetibilidade dos insetos a inseticida, aferição de equipamentos de operação inseticidas, monitoramento dessas atividades e aos insetos e de identificação das espécies encontrada conforme a programação anual e atende as demandas espontâneas solicitadas pelos usuários. No ano de 2009 foram visitados 437 imóveis, 95 tratados, 173 capturas, 980 vetores capturados, 980 identificados, 16 palestras, nenhum teste de sucept e 17 aferição equipa. **Laboratório de Endemias**, este Laboratório precede da FUNASA sendo pólo de 11 municípios o qual da suporte examinando Larvas, Triatomínios, Malária, Calazar e Tracoma.

Dos trabalhos realizados pela Equipe de Educação Em Saúde, foram direcionadas as campanhas de Dengue, Leishmanioses e Tracoma, devido às demandas com os agravos ocorrentes durante o ano, onde foram realizadas 26 reuniões, 134 palestras e 3.204 visitas domiciliares. Revelamos que durante as reuniões, palestras e visitas domiciliares, são abordadas aos outras endemias como, malária, chagas e outros agravos, totalizando 3.366 procedimentos.

Dos trabalhos realizados pela equipe FA/Dengue, 167.447 domicílios foram inspeccionados, 1.488 foram positivos, sendo que o do índice de Infestação Predial anual foi de 0,88%, ficando abaixo de 1%, preconizado pelo ministério da saúde, dos 543 casos de Dengue notificados, 242 foram confirmados. Informamos que das 44 áreas existentes, 07 delas foram trabalhadas em ciclos intercalados, durante os 12 ciclos anuais.

Dos trabalhos realizados pela Equipe Leishmaniose canina, foram coletadas 3.479 amostras, sendo 404 positivas e 3.007 negativas, dos eutanasiados foram 1.176 cães, entre cães positivos e suspeitos e 2.303 cães negativos.

Dos trabalhos realizados pela Equipe Chagas, foram notificados 03 imóveis positivos na zona urbana e 06 imóveis positivos na zona rural, totalizando 09 imóveis positivos no município. A área encontra-se controlada.

Dos trabalhos realizados pela Equipe Malária, não foi notificado nenhum caso autóctone de malaria em nosso município, a área encontra-se controlada.

Dos trabalhos concluídos pela Equipe Entomologia Médica, foram realizadas visitas e inspeções em 437 imóveis, destes 173 foram feitas capturas, 95 tratados, 980 vetores capturados e identificados (*Aedes aegypti*, Flebótomos e outros), 16 palestras, 17 aferições em equipamentos operação inseticida.

O município de Porto Nacional nos últimos anos tem havido mudanças não somente nas condições climáticas mais também pela remoção das famílias advinha dos ribeirinhos, surgindo dificuldades de adaptação na nova moradia, levando vários transtorno psicossocial, nesta situação segue um espelho dos assentamentos conduzido pela investic responsável pela construção da Usina Luis Eduardo Magalhães no rio Tocantins, INCRA e outros.

**RELAÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS, POVOADOS E VILAS
NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL - TO.**

Ordem	Categoria	Localidade	Habitantes	Imóveis	Distância a KM
01	P.A	Família Feliz	31	11	36
02	P.A	Almesca *	160	54	45
03	P.A	Brejo Alegre *	35	12	18
04	P.A	Capivara *	203	68	98
05	P.A	Do Prata *	338	166	38
06	P.A	Dos Olericultores	26	07	06
07	P.A	Flor da Serra	250	49	26
08	P.A	José Pereira *	101	39	26
09	P.A	Luzimangues *	625	200	86
10	P.A	Mariana	26	07	48
11	P.A	Moraes	28	07	08
12	P.A	Pau D'arco *	161	55	97
13	P.A	Santa Fé	59	17	35
14	P.A	Santo Antônio *	267	89	13
15	P.A	São Francisco *	61	20	34
16	P.A	São João *	102	36	39
17	P.A	São Salvador *	108	43	28
18	P.A	Matão	33	11	39
19	P.A	Gameleira	60	20	56
20	P.A	Bom Sucesso *	115	35	30
21	Pov	Escola Brasil *	388	178	20
22	Pov	Nova Pinheiropoles *	657	263	8
23	Pov	Villagen Morena *	466	324	83
24	Vila	Serranopoles *	37	17	50

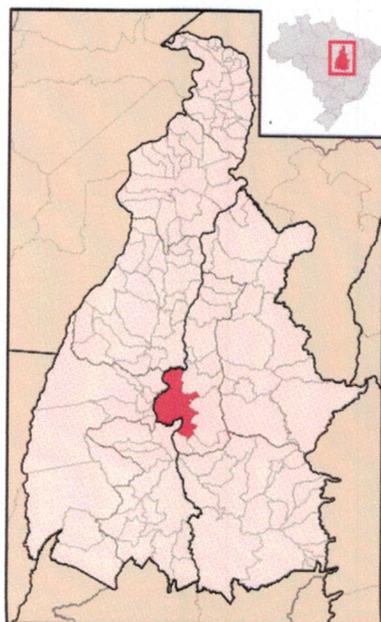
Fonte: SEMUS de Porto Nacional

PA-Projeto de Assentamento

Pov-Povoados

Vila-Vila

Dados demográficos do município de Porto Nacional



População IBGE 2009: 46.722

Densidade Demográfica: 10,40 hab/Km²

Extensão Territorial: 4.450 Km²

Região Administrativa do Estado: Central

Limites do Município:

Norte: Palmas e Paraíso do Tocantins

Sul: Silvanópolis e Brejinho de Nazaré

Leste: Nova Rosalândia, Fátima e Brejinho de Nazaré

Oeste: Monte do Carmo e Silvanópolis **Fonte: IBGE**

Figura 1: Estado do Tocantins, e localização geográfica do município de Porto Nacional.

A SEMUS de Porto Nacional preocupando em manter o controle dessas endemias em seu município e impossibilitado de oferecer a cobertura necessária solicita as instancias legal o fornecimento de carros para subsidiar as ações de endemias, tais como:

- ▶ Uma camionete PICK-UP cabine dupla, que terá objetivo nos programas de Chagas, Malaria, e Reconhecimento Geográfico (RG), na zona urbana e rural;
- ▶ Uma camionete PICK-UP cabine simples, que terá objetivo nos programa das Leishmanioses, em específico ao recolhimento de cães eutanásia de casos positivos urbanos e rural;
- ▶ Uma camionete PICK-UP cabine dupla com ar condicionado, que terá objetivo nos programa das Leishmanioses, em específico a ação de inquérito canino;
- ▶ Quatro Motos 125cc que tem objetivo específico o transporte de supervisão de Dengue e Leishmanioses;
- ▶ Uma camionete PICK-UP, cabine dupla que terá objetivo de fazer bloqueio dos casos positivos de dengue;
- ▶ Um carro utilitário fechado, que terá objetivo específico às supervisões das ações do Dengue e ações de Tracoma;
- ▶ Uma camionete PICK-UP cabine simples, que terá objetivo de vetores ao programa de Laboratório de endemias e Entomologia na zona urbana e rural;
- ▶ Uma Kombi furgão 1.4 (flex) para equipe de Educação em Saúde que desenvolve suas ações na zona urbana, povoados e assentamentos.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
CADASTRO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE E DO DIRIGENTE – ANEXO I

I – Identificação do Proponente ou Interveniente

1 – CNPJ 11.315.054/0001-62		2 – Denominação conforme contido no Cartão do CNPJ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO NACIONAL		3 – Exercício 2010	
4 – Endereço AV. MURILO BRAGA Nº 1887			5 – EA		6 – Tipo
7 – Município PORTO NACIONAL		8 – Caixa Postal	9 – CEP 77.500-000		10 – UF TO
11 – DDD 63	12 – Fone 3363-6000	13 – FAX 3363-6000	14 – E-mail e-mail da prefeita prefeituraportonacional_to@hotmail.com		
15 – Unidade Gestora		16 – Nº do Registro no Cnes		17 – Cnas – Registro/Data Desenvolvimento social	

II – Identificação do Dirigente do Proponente ou do Interveniente

18 – Nome Completo TERESA CRISTINA VENTURINI MARTINS			19 – CPF 719699181-87		
20 – Cargo ou Função PREFEITA	21 – Data da Posse 01/01/2009	22 – Nº do RG 2264481	23 – Órgão Expedidor SSP GO	24 – Data 08/10/1984	
e-mail – Endereço Residencial Completo RUA ALZIRA BRAGA Nº 1744 SETOR AEROPORTO					
26 – Município PORTO NACIONAL			27 – CEP 77.500-000		28 – UF TO
29 – Fone Residencial 63-3363-1489		30 – E-mail prefeituraportonacional_to@hotmail.com			
31 – População do Município segundo o último censo do IBGE www.inbg.gov.br 47.222 IBGE 2009			Quantidade/Ano do Censo 2009		

III – Identificação do governador (se Estado) ou do prefeito (se Município)

32 – Nome Completo TERESA CRISTINA VENTURINI MARTINS		33 – CPF 719699181-87	
---	--	--------------------------	--

34 - Cargo ou Função	35 - Data da Posse	36 - Nº do RG	37 - Órgão Expedidor	38 - Data
PREFEITA	01/01/2009	2264481	SSP GO	08/10/1984

39 - Endereço Oficial

RUA ALZIRA BRAGA Nº 1744 SETOR AEROPORTO

40 - Município	41 - CEP	42 - UF
PORTO NACIONAL	77.500-000	TO

43 - Fone Oficial	44 - E-mail
63-3363-1489	prefeituraportonacional_to@hotmail.com

IV - Autenticação

Data	Nome do Dirigente ou do Representante Legal	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES LEGAIS – ANEXO II

I – Identificação do Proponente:

_____ (nome do dirigente), _____ (identidade nº), para fins de celebração de convênio no âmbito do Ministério da Saúde, visando à obtenção de recursos, sob as penalidade da lei declara que o(a) _____ (nome do órgão ou entidade proponente).

1. Se órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou entidade privada sem fins lucrativos, não está inadimplente com:

- a) () a União (Fazenda Nacional), inclusive no que concerne às contribuições relativas ao PIS/Pasep, de que trata o art. 239 da Constituição Federal.
- b) () o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma do Plano de Trabalho, e ainda, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência.

2. Se Estado, Distrito Federal ou Município:

- a) () o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma do Plano de Trabalho, e ainda, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência, observado o disposto no § 3º do art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000.
- b) () instituiu, regulamentou e arrecadou todos os tributos, previstos nos arts. 155 (no caso de Estados e Distrito Federal) ou 156 (no caso de Municípios) da Constituição Federal, ressalvado o imposto previsto no art. 156, inciso III, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 3/93, quando comprovada a ausência do fato gerador.
- c) () incluiu os subprojetos ou subatividades contemplados pelas transferências na Lei Orçamentária da esfera de governo a que estiver subordinada a unidade beneficiada ou em créditos adicionais abertos, ou em tramitação no Legislativo local.
- d) () comunicou ao Conselho de Saúde Local sobre a proposta de projeto.

3. Se entidade privada sem fins lucrativos, declara, ainda que:

- a) () os proprietários, controladores ou diretores, não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, DF e Municípios, bem como os respectivos cônjuges ou companheiros, nos termos do § 5º do art. 36 da Lei nº 11.439/06.
- b) () comunicou ao Conselho de Saúde Local sobre a proposta de projeto.

IV – Autenticação

Data	Nome do Dirigente ou do Representante Legal	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal
------	---	---

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE TERRENO – ANEXO III

I – Identificação do Proponente

_____ (nome do dirigente), _____ (identidade nº), para fins de celebração de convênio no âmbito do Ministério da Saúde, visando à obtenção de recursos, sob as penalidade da lei declara que o(a) _____ (nome do órgão ou entidade proponente).

1. É proprietário (a) do terreno a ser beneficiado com o financiamento, tendo endereço e registro conforme se segue (inciso VIII, do art. 2º da IN/STN nº 01/97 e alterações): _____
(endereço completo do terreno), registrado no Cartório _____
(nome do Cartório), conforme _____ (Livro, Data do Registro, Número da Folha e Matrícula).

2. Não possui documentação comprobatória, com registro em cartório, da propriedade do terreno a ser beneficiado com o financiamento, situado: _____ (endereço completo do terreno), encontrando-se na seguinte situação (inciso IX e §§ 11, 12, 13, 14 e 15 do art. 2º da IN/STN nº 01/97 e alterações):

2.1 Posse do Imóvel

- () em área desapropriada ou em desapropriação por Estado, Município, Distrito Federal ou União;
- () em área devoluta;
- () em territórios ocupados por comunidades quilombolas ou indígenas, devidamente certificados por portaria de Órgão da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, responsável pela delimitação, demarcação e regularização.

2.2 Imóvel recebido em doação

- () da União, Estado, Município ou Distrito Federal já aprovada em lei ou em trâmite;
- () de pessoa física ou jurídica, inclusive em trâmite.

2.3 () Imóvel de Estado/Município recém emancipado. Data de emancipação: / / .
Providências adotadas para regularização da posse/propriedade.

2.4 () imóvel pertencente a outro ente público que não o proponente, desde que a intervenção esteja autorizada pelo proprietário, por meio de ato do chefe do poder executivo;

2.5 () contrato ou compromisso irretratável e irrevogável de constituição de direito real sobre o imóvel, na forma de cessão de uso, concessão de direito real de uso;

2.6 () imóvel em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);

2.7 () imóvel objeto de sentença favorável aos ocupantes, transitada em julgado;

2.8 () imóvel tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

II - Compromete-se a manter a unidade instalada no local indicado, garantindo sua prévia destinação e seu pleno funcionamento, em benefício da comunidade, segundo os preceitos do Sistema Único de Saúde.

IV - Autenticação

Data	Nome do Dirigente ou do Representante Legal	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal

MINISTÉRIO DA SAÚDE
PLANO DE TRABALHO: DESCRIÇÃO DO PROJETO – ANEXO IV

1 – Nome do Órgão ou Entidade Conveniente, conforme contido no Cartão do CNPJ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO NACIONAL

2 – CNPJ 11.315.054/0001-62		3 – Exercício 2010	4 – UF TO	5 – Nº do Processo	
6 – DDD 63	7 – Fone 33636000		8 – Fax 33636000	9 – E-mail prefeituraportonacional_to@hotmail.com	
10 – Nome do Banco Conveniado Banco do Brasil			11 – Nº do Banco Conveniado 001		
12 – Agência 1117-7		13 – Praça de Pagamento Porto nacional		14 – UF TO	
15 – Recurso Orçamentário 1. Programa (x) 2. Emenda ()			16 – Emenda Nº		
17 – Programa ATENÇÃO BÁSICA					
18 – Descrição do Objeto Aquisição DE 02(DUAS) Ambulâncias para o transporte adequado dos usuários nos diversos níveis de atenção á saúde.					
19 – Justificativa da Proposição <p>O município de Porto Nacional está situado na região oriental do Estado do Tocantins, á margem direita do rio que serviu de nome para nosso Estado, e dista de Palmas, sua capital, pouco mais de 60km. Sua população segundo IBGE 2009 é de 46.724 habitantes e pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS é de 47.141 habitantes. A área total é de 4.450 KM². Ao norte faz limite com Palmas, Miracema e Paraíso; ao sul com Silvanópolis, Ipueiras e Brejinho de Nazaré; a oeste com Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Fátima e Pugmil; a leste com Monte do Carmo e Silvanópolis. Sendo um dos 13(treze) municípios prioritários do Estado do Tocantins. A rede de serviços de saúde oferecido a população resume-se praticamente a atenção primária á saúde e alguns inseridos na média complexidade, sendo parte da média e integral da alta complexidade referenciados a Palmas, capital do Estado que se localiza á 60km. Nos Hospitais não existem leitos de UTI, sendo todos encaminhados a Palmas. A taxa de mortalidade tem se modificado nos últimos anos, representando as causas</p>					

externas uma parcela significativa, o que de fato caracteriza a necessidade de 02 (duas) ambulâncias para o atendimento á saúde da população portuense independente do nível de atenção á saúde que o usuário necessita. Por isso pleiteamos junto ao Ministério da Saúde a aquisição destas ambulâncias, uma vez que no município existem apenas 02(duas). Vale salientar que os Hospitais são referências para a média complexidade para 11(onze) municípios circunvizinhos que totalizam em torno de 100.000 habitantes.

20 - Objetivos/Resultados

Aquisição de 02(duas) ambulâncias para o atendimento nos diversos níveis de atenção á saúde

21 - Acompanhamento

Avaliando os Indicadores referente ao SIA(Sistema de Informação Ambulatorial)

Avaliando grau de satisfação dos usuários que necessitam do serviço bem como a resolutividade através do transporte adequado.

22 - População do Município, segundo o último censo do IBGE (www.ibge.gov.br)

46.722 IBGE 2009

23 - Autenticação

Data	Nome do Dirigente ou do Representante Legal	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal

MINISTÉRIO DA SAÚDE
PLANO DE TRABALHO: CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE APLICAÇÃO – ANEXO V

I – Identificação do Proponente

1 – Nome do Órgão ou Entidade Proponente, conforme contido no Cartão do CNPJ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO NACIONAL	2 – Ação	3 – Nº do Processo
---	----------	--------------------

II – Cronograma de Execução

4 – Meta	5 – Etapa/Fase	6 – Especificação	7 – Indicador Físico		8 – Previsão de Execução	
			Unidade de Medida	Qtde.	Início	Término
01	01	Aquisição de Ambulância	Unid.	02	Jun/10	Dez/10

III – Plano de Aplicação

9 – Natureza da Despesa	10 – Especificação	11 – Concedente	12 – Proponente	13 – Subtotal Por Natureza de Gasto (Em R\$ 1,00)
	Capital			
4.4.90.52	Aquisição de Ambulância	245.600,00	0,00	245.600,00
	Subtotal desta Categoria Econômica	245.600,00		245.600,00
	14 – TOTAIS dos valores das despesas correntes e de capital referentes à concedente e ao proponente		0,00	

IV – Contrapartida de Bens e Serviços Mensuráveis

15 - Total de Bens e Serviços Mensuráveis:	16 – Descrição dos Bens e Serviços Mensuráveis
--	--

--	--

V - Autenticação

Data	Nome do Dirigente ou do Representante Legal	Assinatura do Dirigente ou do Representante Legal
------	---	---

MINISTÉRIO DA SAÚDE
PLANO DE TRABALHO: CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – ANEXO VI

1 - Nome do Órgão ou Entidade Proponente, conforme contido no Cartão do CNPJ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO NACIONAL						2- Ação		3- Nº do Processo	
---	--	--	--	--	--	---------	--	-------------------	--

CONCEDENTE (EM R\$ 1,00)	4- Ano	5- Meta	6 - Mês					
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
	2009	I						245.600,00
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
							7- Total Acumulado de Recursos da Concedente (Em R\$ 1,00)	78.784,00

PROponente (EM R\$ 1,00)	8- Ano	9- Meta	10 - Mês					
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
			Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
						0,00		245.600,00
							11- Total Acumulado de Recursos do Proponente (Em R\$ 1,00)	0,00
							12- Total Geral dos Recursos (Em R\$ 1,00)	245.600,00

13 - Autenticação do Proponente

14 - Aprovação da Concedente